



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Lançamento do Programa Setorial de Ação do Governo na Área de Educação (1991-1995)

Na semana que ora encerramos, tivemos muito trabalho, como aliás vem sendo a tônica deste Governo. Aproveitamos esse período para realizar reuniões setoriais analisando em profundidade e com abrangência temas que nos inquietam no momento por que estamos passando.

Discutimos nesta semana a questão da criança e verificamos que esse quadro dramático que nos é mostrado pelo abandono de milhares de crianças brasileiras nas nossas praças e nas nossas ruas, constitui uma peça acusatória a cada um de nós — aos governantes e à sociedade como um todo. Eu, pelo menos, sinto a minha consciência de cidadão doer quando leio nos jornais, assisto pela televisão, ouço pelo rádio que mais uma criança está sofrendo maus-tratos, ou mais uma criança foi vitimada pela violência urbana. Como cidadão eu me sinto afetado porque a minha consciência faz uma pergunta que acredito seja feita por cada consciência neste País: «E você? Que é que você vem fazendo para evitar que isso aconteça?»

Portanto, resolvemos iniciar de pronto uma cruzada nacional em favor da criança brasileira. Ontem determinamos expressamente que o Ministro da Saúde assuma a função de Ministro

da Criança, sendo responsável, diante do Presidente da República, do Governo e da sociedade brasileira, por todas as ações que serão de imediato desencadeadas para evitar que nossas crianças continuem a sofrer como hoje estamos verificando.

Naturalmente esta é uma tarefa que não cabe única e exclusivamente ao Governo. O Governo já abdicou da velha função de grande pai, de provedor de todos, de equacionador de todos os conflitos. Numa sociedade democrática há que se ter a participação do conjunto desta mesma sociedade para, juntos, elaborarmos e estabelecermos as soluções adequadas para estes e para outros problemas cruciais.

«Mais do que nunca, a criança exige
uma mobilização conjunta
da sociedade em sua defesa.»

Em cinco estados, primordialmente, a situação da criança está mais grave: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Amazonas. Na reunião de ontem determinei ao Ministro da Justiça e ao Ministro da Criança e da Saúde que fizessem uma imediata articulação com os atuais governadores e com os que serão empossados em março próximo, e também com os prefeitos das capitais destes estados para que juntos com a área do Governo Federal que trata desta questão social possamos estabelecer e montar diretrizes e linhas mestras pelas quais deveremos seguir visando ao equacionamento definitivo deste triste cotidiano das nossas crianças brasileiras.

Além disso, é fundamental que haja a participação das associações de classe, das associações comerciais... É preciso que haja uma nova mentalidade por parte dos nossos policiais tendo como espelho o Estatuto da Criança, que determina como o menor deve ser tratado. Hoje, mais do que nunca, a criança exige uma mobilização conjunta da sociedade brasileira em sua defesa. E para isso desejo conclamar a todos os presentes e a

todos os brasileiros para que ingressem nessa cruzada que desde ontem deflagramos.

«Não se trata de lutar contra a seca, mas de lidar com a seca.»

Tratamos também da questão da seca do Nordeste. Foi uma reunião demorada, onde fiz ver que não se trata de lutar contra a seca, mas de lidar com a seca. Determinamos a liberação de recursos de cerca de 10 bilhões de cruzeiros para o atendimento emergencial, numa primeira fase, da população nordestina que vem sofrendo com a crueldade da seca, bem como a liberação de recursos para a construção de obras perenes. Determinei que, desses 10 bilhões de cruzeiros, um bilhão fosse repassado ao Ministério do Exército que, através do Batalhão de Engenharia, estará executando obras como construção de cisternas, poços artesianos e outras para minorar os efeitos de uma futura seca que venha a ocorrer.

Liberamos mais 2,5 bilhões de cruzeiros para 103 projetos do INCRA de assentamento de famílias na área rural, de modo a lhes dar as condições necessárias para que possam, no seu pedaço de chão, plantar, semear e colher o produto que vai alimentar a comunidade em que vivem e ajudar o nosso País.

Determinei ainda que a participação da Rede Ferroviária Federal na distribuição de água potável aumentasse de um para cinco estados — passando a percorrer 10 trechos ao invés de um. Determinei a liberação de recursos imediatos para a distribuição de água via carros-pipa: 864 milhões de cruzeiros para evitar que o nosso sertanejo morra de sede.

A obra da Hidrelétrica do Xingó, que hoje se constitui na maior obra em andamento do Governo Federal, vem abrigando um contingente numeroso de pessoas que lá trabalham, e a determinação é de que essas obras prossigam, e sejam concluídas no prazo previsto, dentro do nosso cronograma.

Mais 4,6 bilhões de cruzeiros serão liberados para obras no Nordeste em janeiro; além de 1,2 bilhão de cruzeiros do Programa Pró-Rural para a realização de obras de saneamento, que vão beneficiar cerca de 500 comunidades nordestinas.

«Muito mais importante do que medidas emergenciais é estabelecer, como estabelecemos, uma nova matriz de desenvolvimento para o Nordeste.»

Em caráter absolutamente emergencial, também decidimos distribuir um total de 28 mil toneladas de farinha de mandioca, 56 mil toneladas de milho e 329 mil toneladas de arroz para atender a 655 mil famílias do Nordeste até maio do próximo ano. Mas muito mais importante do que essas medidas emergenciais é estabelecer para o nosso Nordeste como já estabelecemos, uma nova matriz de desenvolvimento. Este plano já elaborado está sendo levado aos governadores eleitos no último pleito para que eles ofereçam suas críticas e suas contribuições. A partir daí, poderemos consolidar esse programa, estabelecendo, como disse, uma nova matriz de desenvolvimento para a região.

Não podemos continuar convivendo com uma situação que coloca à margem do processo de desenvolvimento nacional cerca de 40 milhões de nordestinos. Com a consolidação deste programa de desenvolvimento para o Nordeste, que vai até o ano 2000, espero que os recursos liberados tenham uma correta aplicação e um efeito multiplicador em termos de melhoria de renda, de aumento do número de empregos, de melhoria da qualidade de vida da população do meu Nordeste.

Tratamos também da questão indígena, e algumas decisões importantes foram tomadas. A primeira delas foi a de revogar os atuais decretos que tratam da demarcação das terras indígenas por serem considerados inapropriados para o momento que estamos vivendo, e elaborar a minuta de um novo decreto que

atenda às expectativas das comunidades indígenas e da filosofia do Governo. Do mesmo modo determinei que se ultimasse dentro desses novos critérios o decreto de demarcação de terras dos índios Caiapós no Alto Xingu. Desejamos assinar esses atos demarcatórios lá, no Alto Xingu, numa comunidade indígena.

«É urgente e necessária
a adequação do Estatuto do Índio
aos novos preceitos
constitucionais.»

Em relação à Lei nº 6.001, mais conhecida como Estatuto do Índio, verificamos que é urgente e necessária a sua adequação aos novos preceitos constitucionais, e isso já está sendo elaborado para que possamos, dentro dos próximos meses, apresentar uma nova proposta do Estatuto do Índio.

Dentro da política indigenista, temos ações na área da saúde e da educação, e determinamos que essas ações fiquem sob a responsabilidade dos respectivos ministérios. A FUNAI irá sofrer um profundo reestudo para que possamos verificar se ela vem cumprindo as suas atribuições como o Governo deseja e como as comunidades indígenas desejam. É uma questão que eu gostaria de trazer mais para perto do Presidente da República, talvez pela instituição de uma Secretaria Especial vinculada diretamente ao Presidente da República, mantendo a parte positiva da FUNAI. Por enquanto, estamos aguardando os estudos que já encomendei para poder tomar uma decisão a respeito.

Sobre a demarcação das terras dos Ianomami, já encaminei ao Ministério das Relações Exteriores, uma solicitação ao governo da Venezuela, para que possamos estudar, conjuntamente, a demarcação da área. Como as senhoras e os senhores sabem, a área Ianomami fica localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela, uma fronteira que para o nosso índio não existe nem poderia existir. A concepção dele de nação é diferente da nossa, e não podemos estabelecer: «Daqui para lá você

não pode atravessar». O índio está acostumado a ir caçar, por exemplo, num rio cuja nascente fica do outro lado. E para ele esse impedimento se constitui numa grave interferência naquilo que julga ser um direito seu, milenar. Não tenho dúvidas que o Governo, em conjunto com o Presidente Andrés Perez e sua equipe, poderá com a evolução desses estudos, ligar as atuais 18 ou 19 «ilhas» da área Ianomami.

«Este símbolo do marajáismo no
serviço público, representado pela
Península dos Ministros, já é
coisa do passado.»

Em relação à reforma administrativa, já tive a oportunidade de dizer que tem dia para começar, como teve, mas não tem dia para terminar. A reforma é um processo permanente de adaptação, de aperfeiçoamento, de adequação da máquina à realidade nacional e, mais do que isso, de adequação ao projeto de modernização do nosso País. O grosso da reforma administrativa já foi feito. O ano de 1991 servirá para consolidar esse projeto.

Tive uma notícia que me deixou extremamente feliz ontem à tarde, no decorrer da reunião: as últimas casas da Península dos Ministros haviam sido leiloadas. Portanto, este símbolo do privilégio, da mordomia, do «marajáismo» no serviço público, representado pela Península dos Ministros já é coisa do passado. E os recursos auferidos com essas vendas serão, como todos sabem, destinados à construção de casas populares. Isso sem falar nos milhares de carros de representação que também já foram colocados à venda, nos 6 mil apartamentos funcionais já vendidos e nos outros milhares ainda por vender. Enfim, uma reforma que pretendo, nesse ano de 1991, possa gerar efeitos positivos e, sobretudo, dar uma motivação gerencial a todos os funcionários públicos, a todos os trabalhadores vinculados à área do Governo Federal.

Dentro de mais alguns instantes estaremos realizando a última reunião setorial desta semana, já que na próxima teremos duas outras, uma sobre privatização e a outra ainda sobre reforma administrativa, com a presença dos presidentes das companhias estatais e dos secretários nacionais.

«A questão da cidadania está profundamente vinculada à questão educacional.»

O Ministro Chiarelli, companheiro de lutas, me trouxe no decorrer desta semana — e hoje me faz oficialmente a entrega — o Programa Setorial de Ação do Governo na área de educação. Se queremos um país moderno, se queremos um país inserido nessa nova conformação geopolítica do mundo, teremos que obrigatória e necessariamente voltar a maior e melhor das nossas preocupações para a área educacional. Não podemos ter um país onde a cidadania não esteja plenamente realizada. E o cidadão tem que ter acesso às letras, à leitura, às informações, para poder julgar, para poder discernir, para poder decidir. A questão da cidadania está, portanto, profundamente vinculada à questão educacional. Daí o nosso desejo de aumentar crescentemente a fatia do nosso PIB destinada à educação.

Já neste ano, apesar das enormes dificuldades por que estamos passando, da enorme contenção de gastos a que estamos nos obrigando para equilibrar a economia deste País e preparar o terreno para a construção de uma sociedade mais fraterna, mais justa e mais solidária, enfim, apesar dessas dificuldades, já aumentamos percentualmente a participação da educação em relação ao PIB. Temos que avançar mais, e tenho certeza de que, com este programa que hoje oficialmente o Governo entrega à sociedade brasileira, estamos demarcando as trilhas pelas quais deveremos caminhar visando um programa educacional abrangente, que possa oferecer, a partir da primeira fase da vida do ser humano, condições de escolaridade e de educação que todos

precisam e que constitucionalmente é um dever do Estado e do Governo Federal.

Esse enorme esforço que estamos realizando na área econômica é exatamente para gerar os recursos necessários para que o Governo cumpra com a sua atribuição básica, que é na área social. Esse esforço que estamos fazendo para ter um Estado superavitário é exatamente para termos recursos para aplicar em educação, em saúde, em habitação, em saneamento, em infraestrutura. Essa sim, é a atribuição do Estado.

«Nosso governo só terá sentido se,
ao final do mandato, pudermos
apresentar à sociedade o resultado
desse enorme sacrifício por que
estamos passando.»

O Estado não tem que se intrometer em áreas que são típicas da iniciativa privada, quebrando os liames da economia de mercado, que é a economia adaptada à modernidade que estamos pretendendo. E aí volto a frisar que o nosso governo só terá sentido se, ao final do mandato, pudermos apresentar à sociedade brasileira o resultado desse enorme sacrifício por que todos nós estamos passando: o sacrifício de um programa de estabilização extremamente severo. E este resultado, tem que ser a aplicação responsável, absolutamente idônea, em todos os escalões da administração pública, desses recursos nas áreas sociais, porque não há como fazer programa social sem dinheiro. Essa equação não existe. E esse dinheiro tem que ser resultado do nosso próprio esforço, e não de dinheiro emprestado que gera pagamento de juros e um endividamento extraordinariamente elevado, que nos leva a problemas conjunturais de difícil solução.

Ao finalizar as minhas palavras, quero agradecer a todos os ministros de Estado, secretários de Governo, a todos aqueles que trabalham conosco pela construção de um Brasil novo, ao Ministro Carlos Chiarelli pelo esforço, dedicação e operosidade

com que desempenha suas funções à frente do Ministério da Educação. O Ministro Chiarelli que tem, dentre as suas enormes qualidades, a de não dar importância a fofocas e a fuxico. Ao Ministro Chiarelli, portanto, os meus agradecimentos pelo seu trabalho e pela apresentação deste programa setorial do meu governo na área de educação.

A todos aqueles com quem eventualmente eu não tenha a oportunidade de me avistar até o final do ano, desejo um 1991 muito feliz, sobretudo que entremos no ano de 1991 pela porta da frente, com a cabeça erguida, com o pé direito e absolutamente conscientes de que, se muito nós já realizamos neste ano de 1990, muito mais nos será exigido no próximo. Temos um compromisso com a Nação brasileira, com todo esse contingente de brasileiros que acredita, apesar das dificuldades por que está passando, que finalmente existe no País um governo que vai levar à frente um programa que visa, em última instância, estabelecer novos padrões de crescimento, com melhor distribuição de renda, com menos injustiças sociais, com menos problemas que dramatizam o nosso cotidiano. Um país dignificado pela própria cidadania, um país dignificado pelos dirigentes, pelas suas autoridades que, mais do que nunca, têm como missão o cumprimento do dever. E o dever significa reconstruir esse Brasil em bases mais sólidas e em bases que possam estabelecer novos padrões de convivência entre todos os brasileiros.

A todos, portanto, um feliz 1991.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante solenidade de lançamento do
Programa Setorial de Ação do Governo na Área
de Educação (1991-1995), no Palácio do Planalto,
no dia 28 de dezembro de 1990.*